

EM TODAS AS FRENTES

O motim e os fantasmas

por JOSÉ CARDOSO PIRES

O motim terminou. Os anos rebeldes regressaram ao limbo, escurraçados pela indignação popular, e da sua aventura ficou a núvem que deixaram sobre nós e que interrogamos com apreensão. Que rumo é o dela, a núvem? Que avisos contém? Qual o significado desta rebelião da Penitenciária na trajectória política do após 25 de Abril?

Difícil, muito dificilmente se aceita que a última (até agora) operação DGS tenha o traçado imediato que caracteriza o protesto espontâneo. Partiu, não se esqueça, de profissionais da repressão especializada, de incorformados que beneficiavam de uma detenção «em palácio» favorável à preparação colectiva do golpe. As facilidades de contacto com o exterior podiam trazer-lhe o apoio, senão a inspiração, que enquadrasse o acontecimento na escalada da contra-revolução. E se um factor imprevisível — a morte (natural) de um membro da organização — veio actuar aqui como

catalisador, nem por isso a questão de fundo se altera: ela existia antes e à margem do acidente e estava programada em termos operacionais. Com esse ou outro pretexto e mais hoje, mais amanhã, o motim subiria às torres, pondo em prática com toda a probabilidade o mesmo plano e a mesma encenação.

Ao elegerem como núcleo de motivação o cadáver inglório de um companheiro, os agentes contestatários exploravam a clássica «invocação aos mártires» que abona e dá força moral aos levantamentos colectivos — e mais: pretendiam humanizar a face, resgatar a imagem de marca que tinham adquirido na prática do terror.

foi nessa pretensa recuperação de dignidade que os polícias fascistas proclamaram a sua «adesão» à democracia e a sua identificação com o cidadão comum. Mas ao exigirem, em ponto capital, a aceleração da marcha dos processos de incriminação eles iam mais longe e

mais fundo: procuravam precipitar, limitar pela urgência o alcance de uma investigação que é forçosamente complexa porque envolve todo o país de ontem e se estende à segurança de hoje.

Uma revolta assim, intramuros, sabe-se conscientemente remetida à acupação simbólica e só simbolicamente ultrapassa as barreiras do fortim. Para lá das reclamações de base, claras e imediatas, aponta a outros alvos indirectos que se constituem referências para uma ofensiva mais ampla e menos visível. Sondagem e personalização — seriam esses os objectivos complementares em causa. Através deles poderiam os sitiados medir o clima em redor e avaliar das suas capacidades e das forças que os secundam.

— *Sondagem ao espírito da Autoridade e à pressão das massas*: a obtenção de negociações ao nível da cúpula (não aceitaram desde a primeira hora outro interlocutor que não fosse o Sr. General Galvão de Melo, e só ele) constitui uma vitória diplomática dos insurrectos. Simultaneamente, as cargas da PSP sobre populares desprotegidos e a reacção nega-

tiva do comando dos Bombeiros são outros êxitos subsidiários da sondagem à vontade da Ordem.

— *Personalização*: o triunfo diplomático é, já de si, uma conquista de personalização. O hastear a bandeira da dignidade, a nova face humanizada, *idem*; tem em vistas fazer emergir do anonimato a que se vota o delinquente comum, uma organização suspeita não de delito político, não de marginalismo, roubo ou malfeitoria, mas de crimes contra a Humanidade segundo a classificação de Nuremberga. Ao revestirem de honras nacionais o corpo de um companheiro, os rebeldes DGS procuravam apagar essa definição que lhes pesa e identificar-se como servidores normais da Nação. Tão grave agressão ideológica beneficiou igualmente do silêncio tolerante — outra vitória.

Sem dúvida que o alarme e a repulsa que o acontecimento levantou no País — a tal núvem, a tal sombra apreensiva — vieram carregar a temperatura de insegurança que abala o ímpeto da reconstrução e encoraja o activismo de direita. Certo, sem dúvida que sim; a prova está na frequência e na ousadia com que a clandestinidade fascista passou a actuar. Mas também isso fez despertar um estado geral de vigilância paciente e disciplinado, apesar das provocações a que é submetido e das iniquidades a que assiste.

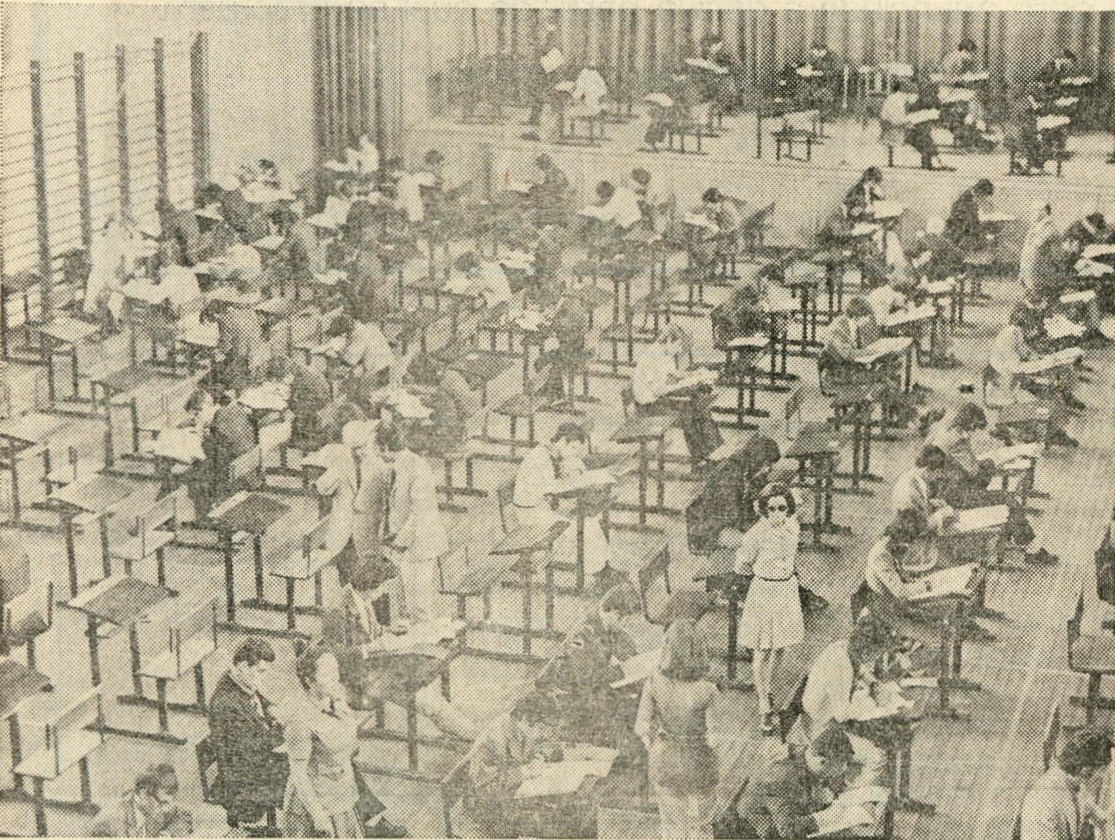
A estas e a outras demonstrações de resistência nem sempre as vozes oficiais respondem com o comentário adequado. Frequentemente recorrem ao discurso salomónico e pequeno-burguês no qual Política figura como sinónimo de sectarismo e Povo como força instintiva à mercê do apelo demagógico e da manobra inconfessável. Não raro retrai-se a pronunciar a palavra Fascismo (que se apressa a associar empiricamente a Comunismo, como ressalva tranquilizadora); confunde reclamação de justiça com sede de retaliação (complexo de Hipócrates) e por vezes vai tão longe nesse preconceito que, em nome da isenção, pratica *de facto* o erro por defeito para fugir ao possível erro por excesso.

A ausência de um conhecimento vivido de certas realidades subterrâneas, como a PIDE/DGS, não facilita, antes desenforma, uma apreciação

objectiva do fenómeno e das responsabilidades. A sua descrição corre o risco de se afigurar então apaixonada, politizada, e por reflexo é recebida com subestimação.

Ora, é exactamente numa consciencialização política responsável que reside o juízo moral mais rigoroso, menos exaltado ou menos compassivo, de uma questão tão fundamental como esta, para a liberdade e para a responsabilidade cívica do País. Um contacto directo com os homens que experimentaram as violências da repressão política demonstra quase unanimemente que eles estão demasiadamente traumatizados para, de longe sequer, se identificarem com os carrascos e com os seus métodos. Pelo contrário, por escrúpulo natural, por defesa psicológica (reacção de distanciamento), e por mentalização política — política, pois, e daí? — tendem a analisar a acção repressiva e os seus agentes numa perspectiva não sentimental.

Não, o passado não pode ser tomado como uma realidade mitificada pela psicose do medo ou da vingança. Nem é com ilibações legalistas ou com o preconceito político da apolitização que se faz justiça e se credita a paz social. Para já, sabemos, e a Reacção também, que não são os excessos da Democracia que aqui, Portugal, fomentam a desordem grave, o tiro e o terror, mas sabemos igualmente que a insegurança quando se transforma em angústia colectiva é, como Jano, um fantasma de duas caras — Medo e Violência; que ambas estão tragicamente solidárias e se sucedem até ao caos.



«Forçar um estudante a repetir disciplinas em que já fora aprovado, não só é incoerente, mas desprestigiante para os professores que os classificaram»